

Congresso paga até R\$79 mil para 'mudança fantasma'



Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL) conversam em cerimônia no TSE. União Marinho - 12.061.22/Reuters



Congresso banca 'mudança fantasma' de até R\$ 79 mil para deputados e senadores

Total da verba ultrapassa R\$ 40 milhões e tem objetivo de custear deslocamento mesmo de reeleitos e de quem é do Distrito Federal

Ranier Bragan

Ajuda de custo no Congresso

BRASÍLIA. Congressistas estão recebendo neste início de ano verba que totaliza mais de R\$ 40 milhões para pagarem sem amparo na realidade. Quase todos os 543 deputados federais e 77 senadores da legislatura que teve início no dia 1º, além dos que encerraram seus mandatos em 21 de janeiro, embolsaram ou embolsarão R\$ 39,3 mil brutos a título de ajuda de custo para se mudar para Brasília ou para fazer o caminho inverso, de volta aos estados de origem. Desse total, cinco senadores e cerca de 280 deputados federais reeleitos receberam ou receberão duas cotas da verba mudança, uma pelo fim da legislatura passada e outra pelo início da atual, somando R\$ 78,6 mil extras.

Congressistas estão recebendo neste início de ano verba de até R\$ 80 mil para custear mudança que não existe

Table with 2 columns: Question (e.g., 'O que é?', 'Quanto é?') and Answer (e.g., 'Verba para congressistas se mudar para Brasília ou de volta ao estado...').

Table titled 'Salário e demais verbas dos deputados\*' showing various benefits like 'Verba de gabinete', 'Cotão (média)', 'Salário', 'Auxílio-moradia', and 'Ajuda de custo (mê)'. Includes a bar chart for Cotão (média).

R\$ 212.807,90 por mês no total. \*Semão tem praticamente todos os benefícios, mas há algumas diferenças. Os senadores têm cargo oficial e contam com funcionários concursados em seus gabinetes, entre outros pontos.

do PT, o que limitou a ajuda de custo ao início e ao fim do mandato — de quatro anos na Câmara e de oito, no Senado. Alguns parlamentares já apresentaram projetos para acabar de vez com a verba ou para proibir o pagamento aos reeleitos, mas nada andou.

Continuação da pág. A4

Câmara e Senado programam pagamento de a até 280 cotas da verba mudança neste início de ano (relativos ao fim da legislatura passada e ao início da atual), ao custo de mais de R\$ 40 milhões. As duas Casas transferiram para as contas dos parlamentares na data de 21 de janeiro os R\$ 39,3 mil brutos relativos à legislatura passada. O Senado pagou no dia 10 de R\$ 39,3 mil da legislatura atual para os 277 novos integrantes da Casa (só um terço das cadeiras do Senado entrou em disputa em 2022). A Câmara pagaria a outra cota de R\$ 39,3 mil nesta terça (28). Está na lista dos dois reeleitos que vão embolsar quase R\$ 80 mil extras parlamentares de todas as correntes ideológicas, como Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex presidente Jair Bolsonaro (PP-AL) e líder da PT na Câmara, Zeca Dirceu (PP). A Câmara e o Senado custeiam passagens aéreas de deputados e assessores por meio de outra verba, o que permite com folga que cheguem a Brasília e voltem aos seus estados semanalmente. Quando estão em Brasília, os parlamentares ficam nos apartamentos funcionais ou em hotéis e flats, tudo também custeado pelo Congresso com verba pública.

O pagamento do auxílio para mudanças inexistente ocorre em meio a um cenário de ampliação de salários e verbas dos parlamentares. O Congresso aprovou a elevação do salário de R\$ 212,7 mil para R\$ 219,3 mil, passando a R\$ 42 mil em abril e chegando ao teto do funcionalismo em 2025, de R\$ 64 mil. O último aumento para os congressistas havia acontecido em 2011. Desde então, a inflação foi de 59%. Além dos salários, houve reajuste em todas as outras verbas relacionadas aos mandatos congressistas, o que elevou, por exemplo, o teto do auxílio-moradia dos deputados para R\$ 8.124. Levando em conta só a situação dos deputados, o custo mensal de de ao menos R\$ 212 mil, somados salário e verbas relacionadas. Além do salário de R\$ 219,3 mil, eles recebem R\$ 18 mil para contratação de até 25 assessores, cotado de R\$ 45 mil (em média, variando por estado) para reembolso de gastos com passagens aéreas, combustível, hospedagem e alimentação, entre outros, até R\$ 402 de auxílio-moradia. Além do salário de R\$ 219,3 mil, eles recebem R\$ 18 mil para contratação de até 25 assessores, cotado de R\$ 45 mil (em média, variando por estado) para reembolso de gastos com passagens aéreas, combustível, hospedagem e alimentação, entre outros, até R\$ 402 de auxílio-moradia. Além do salário de R\$ 219,3 mil, eles recebem R\$ 18 mil para contratação de até 25 assessores, cotado de R\$ 45 mil (em média, variando por estado) para reembolso de gastos com passagens aéreas, combustível, hospedagem e alimentação, entre outros, até R\$ 402 de auxílio-moradia.

Sete parlamentares dizem que vão doar ou devolver verba

OUTRO LADO A Folha enviou perguntas por email ao gabinete dos cinco senadores e de todos os cerca de 280 deputados federais reeleitos e pediu, entre outros pontos, comprovantes de gastos ou de orçamentos relacionados à mudança. Procurou também as assessorias das duas Casas e os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Lira, que foi reeleito e receberá duas vezes a verba para a "mudança fantasma", e Pacheco, que está no meio do mandato de oito anos, não se pronunciaram. A Câmara disse que só após o pagamento da próxima terça terá um balanço sobre eventuais devoluções. O Senado afirmou que todos os senadores em fim de mandato receberam verba, a exceção de Reguffe (DF), que renunciou ao benefício. "Nenhuma dos senadores reeleitos — Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Omar Aziz (PSD-AM), Otto Alecar (PSD-BA), Romário (PL-RJ) e Wellington Fagundes (PL-MT) —, além de Dumares Alves (República), que é do DF, responderam. Apenas 7 dias mais de 280 deputados federais procurados se manifestaram — Daniel Traciak (PSDB-RS), Reginaldo Verses (PV-DF), Sander son (PL-RS), Laita Erundina (PSOL-SP), Celso Russomano (Republicanos-SP), Gilson Marques (Novo-SC) e Adriana Ventura (Novo-SP). Eles afirmaram que recusaram ou devolveram a verba para a Câmara ou que vão doar o dinheiro para instituições de caridade. "Não considero adequado o pagamento do auxílio-mu-

dança. Não só agora, como reeleito, mas também em minha primeira legislatura doei os valores recebidos para entidades sociais. Em 2019, doei em prol do Hospital de Froust Socorro do Município de Pelotas (RS). Este ano, doarei a três instituições gaúchas", afirmou Traciak, acrescentando ter apresentado em 2020 e agora em 2023 projetos de decreto legislativo para acabar com o pagamento da verba para os reeleitos. "Entendo que não tem necessidade, considerando que a gente não vai mudar de lugar nem aqui, mas como o curso é depositado, eu já tinha assumido o compromisso de que iria doar", afirmou Verses, que mora em Taguatinga, cidade-satélite de Brasília, e está assumindo o primeiro mandato na Câmara. Sander son enviou a reportagem comprovante de GRU (Guia de Recolhimento da União) com devolução para a Câmara, no último dia 9, da integral do valor líquido recebido a título do auxílio em janeiro (R\$ 85,8 mil). Ele afirmou que fará o mesmo com o segundo repasse. Erundina disse que tem abusivo o pagamento e esperar que ele seja extinto o que, segundo ela, "contribuiria para a preservação da imagem do Poder Legislativo". Ela afirmou ter encaminhado o ofício a Lira renunciando ao benefício e solicitando instrução para devolução. Russomano afirmou ter devolvido para os cofres da Câmara R\$ 3,6 milhões da verba de gabinete durante seus mandatos, além de não cobrar da Câmara ressarcimento pelo aluguel do escritório político no estado nem usar em Brasília apartamento funcional ou auxílio-moradia. Ele afirma que, com pensaria o valor da verba mudança continuando a cortar o uso da verba de gabinete.

"Considero o valor do auxílio-mudança um absurdo por si só, mas para os reeleitos chega a ser revoltante. Assim como no primeiro mandato, eu renunciei aos seguintes privilégios: auxílio-mudança, auxílio-moradia, auxílio-saúde e aposentadoria especial, com economia de mais de R\$ 5,7 milhões", disse Gilson Marques.

Adriana Ventura afirmou que um deputado que ganha R\$ 39,3 mil por mês não deveria ter benefícios extras e que os considera imorais. "Quando tratamos então de um deputado reeleito, que já está morando em Brasília, a situação é ainda mais absurda. Eu, bem como todos os deputados do Novo, abri mão de todos os privilégios, inclusive o auxílio-mudança, desde o meu primeiro mandato. Inclua aí: auxílio-moradia, aposentadoria especial, reembolso limitado de saúde, entre outros".

Entendo que não tem necessidade, considerando que a gente não vai mudar de lugar nenhum

Reginaldo Verses (PV-DF) deputado federal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 4+5